

# CONSTRUÇÃO PESADA

**IMPRESSO**  
Impresso fechado.  
Pode ser aberto pela ECT

Publicação mensal  
abril de 2014  
ano 11 – número 125

Foto Luciana Figuerêdes/Ascom/Seinfra

Divulgação

## Seinfra confirma investimentos de R\$ 700 milhões em rodovias neste ano

Secretário João Domingues, da Seinfra, cumprimenta empresário na assinatura do início das obras da ERS-265 em São Lourenço do Sul

 Sindicato da Indústria  
da Construção de Estradas,  
Pavimentação e Obras  
de Terraplenagem em geral  
no Estado do Rio Grande do Sul

Licitação de melhorias da BR-116 será lançada em abril

## EDITORIAL

## Esperança e pujança

Em 24 de março de 2014 representamos o SICEPOT-RS, na inauguração da nova sede do Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais (Sicepot-MG), gestão Alberto Salum. Com instalações modernas, amplas, adequadas ao meio ambiente e suas exigências, com ótima segurança, o local proporciona conforto aos associados e aos colaboradores. Inclui ainda um auditório de 300 lugares, várias salas de reuniões, além de áreas específicas para TI, jurídico, técnico, comunicação, presidência e vice-presidências, com 5.000 m<sup>2</sup> de área útil, mais um estacionamento com capacidade para 300 carros.

No dia seguinte à inauguração, com a presença de representantes de sindicatos e associações do Brasil, inclusive da ANEOR e CBIC, foi realizada uma reunião de trabalho para análise da atual conjuntura do setor da construção pesada no país. A partir do debate surgiram várias proposições, no sentido de o setor passar a atuar de forma direta em relação aos princi-

pais entraves relacionados, sobretudo o aviltamento dos preços provocado por uma visão equivocada da sociedade em relação ao nosso ramo de atividade, e também como consequência de ações do Executivo e de órgãos de controle e meio ambiente.

Várias ideias foram discutidas a fim de que seja mostrada à sociedade, de forma incisiva e sistemática, a verdadeira realidade do setor de construção pesada no país e seu decisivo papel na recuperação de nossa precária infraestrutura. As ações nesse sentido serão imediatas e devem ser conferidas a partir de encontros sistemáticos por todo o Brasil, com ampla divulgação aos diversos associados dos sindicatos e associações nacionais.

Objeto de reflexão por todos, a magnitude da nova sede do Sicepot-MG, em vez de representar um acinte às atuais dificuldades do setor da construção pesada, deve ser interpretada como uma marca da força das empresas e de uma renovada confiança por novos tempos, a partir do fortalecimento progressivo de um dos

ramos industriais estratégicos de nossa economia.

Vejo com esperança a determinação de mostrar à sociedade brasileira a pujança de um setor que emprega direta e indiretamente cerca de 15 milhões de brasileiros, movimenta nossa economia e está habilitado em transformar a infraestrutura brasileira numa efetiva base de apoio para o escoamento de nossa produção, de uma forma capaz de contribuir, ao mesmo tempo, para a redução do nosso custo de transporte e a melhoria de competitividade de nossos produtos. Tudo isso a partir da convergência de pessoas interessadas no engajamento a favor da sobrevivência das empresas, o que somente será alcançado por meio de preços adequados que possam garantir investimentos contínuos naqueles que consideramos os seus principais vetores, ou seja, a qualificação de recursos humanos, tecnologia e equipamentos.

**Nelson Sperb Neto**

Presidente do SICEPOT-RS



Praça Osvaldo Cruz, nº 15 – cj. 1414  
90.038-900 - Porto Alegre/RS  
Fone: (51)3228-3677  
Fax: (51)3228-5239  
E-mail: [diretoria@sicepotrs.com.br](mailto:diretoria@sicepotrs.com.br)

Publicação mensal

**Presidente**

*Nelson Sperb Neto*

**Vice-Presidente**

*Cylon Fernandes Rosa Neto*

**Diretor Administrativo-Financeiro**

*Nilton Scapin*

**Diretores Executivos**

*Aloísio Milesi*

*Caetano Alfredo Silva Pinheiro*

*Edgar Hernandez Candia*

*Jandir dos Santos Ribas*

*Julio Carlos Comin*

*Odilon Alberto Menezes*

*Ricardo Lins Portella Nunes*

*Valdir Turra Carpenedo*

**Conselho Fiscal**

**Titulares**

*Alexandre César Beck de Souza*

*Everton Andreetta*

*Roberto Leitão dos Santos*

**Suplentes**

*Carlos Englert*

*Carlos Alves Mees*

*Renan Schaeffer da Silva*

**Delegados – Representantes junto à FIERGS**

**Titulares**

*Humberto César Busnello*

*Ricardo Lins Portella Nunes*

**Suplentes**

*André Loiferman*

*Paulo Eduardo Nunes Ponte*

**Produção e Edição**

*MW Com*

*Av. Chicago, 92*

*Fone (51) 3264-7932*

*Editor – Milton Wells*

*[mwells@terra.com.br](mailto:mwells@terra.com.br)*

**Editoração**

*Lavoro C&M*

*Fone (51) 3407-5844*

*Tiragem: mil exemplares*

**LINCK**

**PESA CAT**

Porto Alegre: 51 2125-5355  
Caxias do Sul: 54 3225-2410  
Passo Fundo: 54 3327-4611  
[www.pesa.com.br](http://www.pesa.com.br)

## INFRAESTRUTURA

# Edital de licitação de melhorias da BR-116/Sul será lançado em abril

Em abril o Dnit deverá publicar o edital de licitação, na modalidade RDC, para as obras de melhoramentos físicos e de segurança na BR-116, no trecho que se estende entre Estância Velha e a divisa entre Porto Alegre e Canoas, numa extensão de 35,6 quilômetros, segundo informou o superintendente regional do órgão, Pedro Luzardo Gomes, em apresentação no Conselho de Infraestrutura (Coinfra) da Fiergs.

De acordo com o Dnit, as obras visam melhorar as condições de segurança e mobilidade urbana na Região Metropolitana, a fim de transformar a BR-116 em rodovia inteligente. A implantação da terceira faixa, nos dois sentidos da rodovia, é o conceito base do projeto, o que permitirá maior fluidez ao tráfego. As obras deverão contemplar, entre outras, o alargamento de viadutos e o deslocamento da barreira rígida que

separa os dois sentidos da BR, além da iluminação pública de todo o trecho.

Também estão previstos o prolongamento das ruas laterais da BR-116 e a redefinição dos acessos de entrada e saída que são pontos suscetíveis a acidentes. Devido ao relevo de alguns municípios, como Novo Hamburgo, a proposta prevê a construção de passagens inferiores (semelhantes a pequenos túneis) para o cruzamento seguro de ruas. O projeto foi elaborado pela Magna Engenharia, de Porto Alegre.

### Principais objetivos

- Aumentar a capacidade da rodovia com o objetivo de proporcionar fluidez ao tráfego;
- Aumentar a segurança a fim de reduzir acidentes;
- Eliminar ou minimizar os movimentos conflitantes ocorridos na rodovia;
- Facilitar a tomada de decisão dos usuários a fim de evitar situações complexas;
- Minimizar os riscos dos usuários;
- Oferecer alternativas à rodovia nas vias de entorno;
- Melhorar a operação viária, com a redução de congestionamentos e paradas eventuais.

### Melhorias

- Melhorias de traçado para eliminação de pontos críticos;
- Construção de ruas laterais para o tráfego local;
- Implantação de 3<sup>as</sup> faixas de tráfego em trechos necessários;
- Implantação de obras de arte especiais em pontos críticos da circulação de tráfego;
- Reforço, alargamento, e remanejamento de obras de arte especiais.

## O que são rodovias inteligentes

O conceito de Rodovias Inteligentes (RI) está associado ao de Sistemas Inteligentes de Transportes (Intelligent Transportation Systems), o qual se traduz em uma aplicação massiva da telemática e de técnicas de gerenciamento e controle de tráfego, com o intuito de melhorar a segurança e reduzir congestionamentos, tempos de viagem e consumo de combustível, através da informação

ao usuário sobre eventualidades na operação. Para a sua implantação uma RI necessita dispor de uma central de controle de tráfego, painéis de mensagem variada, pistas bem sinalizadas e projetadas, guinchos e veículos de emergência, infraestrutura adequada, além de recursos de pessoal e de tecnologia de informação que permitam o gerenciamento da operação.

## Rodovia tem importância estratégica para a economia gaúcha

A BR-116-RS, de 654,5 quilômetros de extensão, é remanescente da antiga BR-02-RS, no sentido NE-SW. Inicia-se em Fortaleza (CE) e termina em Jaguarão, na fronteira do Brasil com o Uruguai. Ao longo de seu traçado, se desenvolve ao Norte, pela Serra gaúcha, até as regiões plano-onduladas do Sul do estado, passando pelos principais polos industriais do RS, como Vacaria, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas, Porto Alegre, Camaquã e Pelotas.

O trecho da obra encontra-se situado na microrregião Porto Alegre, indo do entroncamento da RS-239 até o entroncamento com a BR-290, passando pelos municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Esteio, Canoas, Porto Alegre.

Trata-se de uma área com características importantes, como:

- Área densamente povoada;
- Possuindo o mais importante parque industrial do estado;

- Com indústrias químicas, metalúrgicas, eletromecânica, de calçados, adubos, produtos alimentícios, etc.

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), concentra 37% da população do Estado. Os municípios da área analisada são os mais populosos, de acordo com os dados do censo 2000 (IBGE). Trata-se de área extremamente adensada, com problemas de toda ordem, desde socioeconômica

a ambiental, que trazem uma série de externalidades à população da região, apesar de concentrar uma grande parcela do PIB do Rio Grande do Sul.

Atualmente a RMPA possui os seguintes dados:

- 3,9 milhões de habitantes;
- 92% encontram-se na zona urbana;
- Existem 116 mil empresas localizadas na região;
- Possui uma taxa de motorização de 1 veículo/2 pessoas.



INFRAESTRUTURA

# Seinfra-RS confirma investimento

O secretário de Infraestrutura e Logística do RS, João Victor Domingues, em reunião-almoço do SICEPOT-RS, em 17 de março, fez um balanço otimista de seus cinco primeiros meses à frente de sua pasta e garantiu que até o final do ano será investido um volume recorde na atual gestão de cerca de R\$ 700 milhões em obras rodoviárias, contra R\$ 370 milhões do ano anterior.

De acordo com o titular da Seinfra-RS, sua gestão foi organizada em duas frentes. Na primeira, ele dirigiu o foco para a “recuperação do ambiente institucional” entre a Secretaria, o Daer, o SICEPOT-RS, as empresas de construção de estradas e os órgãos de controle. Destacou que, em consequência dessa medida, foi possível retomar um “ambiente de confiança recíproca” com as empresas do setor, tendo como horizonte uma estratégia comum no sentido de dar continuidade ao Plano de Obras de rodovias do estado. “Temos recursos para investir R\$ 2,6 bilhões, e esse ambiente de confiança é condição preliminar para que isso possa acontecer”, observou.

## A superação de entraves

Em outra frente, a nova gestão da Seinfra-RS, segundo Domingues, dedicou-se à



Fotos Divulgação

**Secretário Domingues: “Resgate da confiança das empresas no Executivo é fundamental para dar continuidade ao Plano de Obras rodoviárias”**

superação dos entraves burocráticos que dificultavam o avanço de obras importantes, como dos acessos municipais, cujo programa foi lançado ao final do governo Britto, em 1998. Até março deste ano, de um total de 104 acessos, 14 haviam sido concluídos, 14 ainda dependem de sinalização e outros 19 permanecem em obras.

“Na verdade, a sensação é de que já se passaram três anos desde que iniciei a minha gestão na Seinfra, tal a

quantidade de desafios enfrentados”, assinalou o secretário que substituiu Caleb de Oliveira em 25 de setembro de 2013, de forma interina, tendo sido confirmado pelo governador Tarso Genro em dezembro do mesmo ano.

## Agilidade na gestão

Outro exemplo de superação de entraves, segundo Domingues, é a questão relativa às pendências dos contratos do programa do governo anterior denominado

“O Estado na Estrada”, que comprometia os trabalhos da atual gestão. Disse o secretário que o assunto está sendo encaminhado e sua solução deverá contribuir para destravar o programa Crema, que até o final do ano deve somar um desembolso de R\$ 68 milhões, segundo dados do Daer.

Outra preocupação do governo, a rodovia ERS-118, segundo o secretário, já recebeu mais investimentos do que os dois governos ante-



# R\$ 700 milhões em 2014

riores somados. “Ainda existem entraves nas obras dessa rodovia, mas encerraremos o ano com ela quase toda duplicada”, garantiu.

Como exemplo de agilidade de gestão, ele destacou o decreto do governador Tarso Genro que dispõe sobre o uso de brita produzida ou de brita comercial nos contratos de infraestrutura rodoviária, o que deve favorecer as obras de interesse de vários municípios do estado.

## Licitações

Sobre a demora nas licitações de obras – outro gargalo do Executivo apontado pelo setor da construção pesada –, o secretário afirmou que, desde as medidas adotadas pela sua pasta que incluíram a criação de um Grupo Especial de Licitações no Daer, elas estão agora saindo em tempo recorde.

Em relação às obras emergenciais, o secretário garantiu que, a partir de agora, elas irão entrar em ritmo bastante acelerado. O programa prevê a recuperação de 62 trechos em 28 rodovias, perfazendo 808 quilômetros de estradas estaduais que ficaram deterioradas em razão de fortes chuvas ocorridas no interior do estado, nos meses de agosto e setembro do ano passado. “Não faltarão recursos para essas obras”, garantiu Domingues.



Até março deste ano, 14 acessos municipais haviam sido concluídos, 14 ainda dependem de sinalização e outros 19 permanecem em obras

## Governo alcançará 70% da meta de investimentos

O presidente da AREOP, Athos Cordeiro, em aparte, lembrou que a perda de confiança dos empresários do setor no Executivo teve origem nas dificuldades que atrasaram o Plano de Obras, por falta de gestão e eventualmente por falta de comprometimento de pessoas que integram o governo, junto com outros entraves derivados da burocracia e dos órgãos de controle. Como consequência – apontou –, muitas das empresas que fazem parte

do setor descapitalizaram-se, o que trouxe como imperativo a reconstrução das relações institucionais entre os empresários e a Seinfra. “Agora as relações estão no ritmo correto e o ambiente institucional está sendo reconstituído”, afirmou.

Na verdade, de acordo com Cordeiro, seria uma “injustiça” atribuir ao governador Tarso Genro a responsabilidade pelo atraso na execução de obras rodoviárias no âmbito do Daer. Isso porque, de

acordo com o dirigente, tanto o governador como as Secretarias da Fazenda e do Planejamento se aplicaram na busca de financiamentos do BNDES e do Banco Mundial, tendo sido muito bem-sucedidos. “Agora, mesmo que estejamos afinados, será muito difícil ao governo completar o programa de investimento”, afirmou. “Se tudo der certo, com os R\$ 700 milhões a serem aplicados neste ano vamos alcançar somente 70% da meta estabelecida”, concluiu Cordeiro.



**Tauron**  
Equipamentos

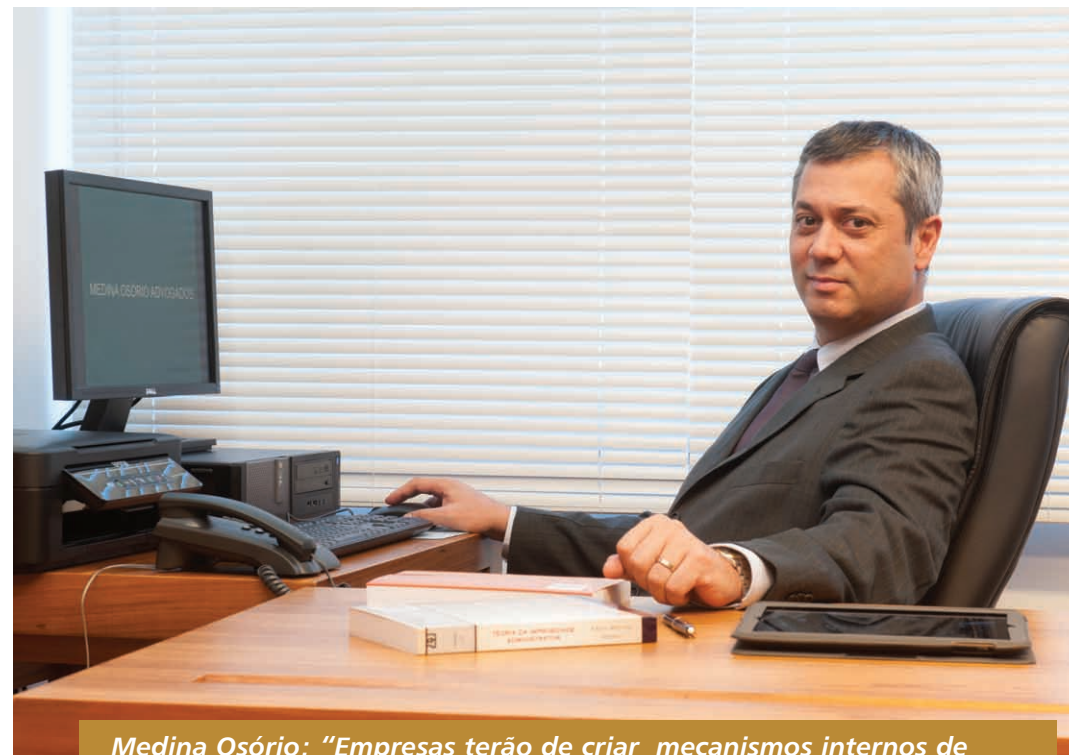


## INFRAESTRUTURA

# Nova lei pune empresa que

Entrou em vigor, em 29 de janeiro deste ano, a chamada Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), que responsabiliza as empresas envolvidas em atos de corrupção contra a administração pública nacional ou estrangeira. A partir de agora, as empresas envolvidas em fraudes ou mesmo atos de seus funcionários (contatos indevidos com o setor público) serão alvos de processos judiciais e administrativos e podem pagar multa de 0,1% a 20% do faturamento anual bruto; quando não for possível calcular essa receita, o valor poderá variar entre R\$ 6 mil e R\$ 60 milhões, a serem fixados por autoridades administrativas. Em caso de processo judicial, a Justiça pode até determinar o fechamento da companhia, além de outras pesadas sanções, como proibição de licitar.

Em palestra promovida pelo SICEPOT-RS, o advogado Fábio Medina Osório, do escritório Medina Osório Advogados, afirmou que a nova lei permi-



*Medina Osório: "Empresas terão de criar mecanismos internos de integridade e aplicação efetiva de um código de ética"*

te que as empresas sejam punidas sem a necessidade de comprovar culpa ou dolo, ou seja, por meio da chamada "responsabilidade objetiva", mesmo que não comprovada a sua culpa ou dolo pelo ilícito. Basta apenas que um funcionário, contratado ou consorciado da empresa tenha oferecido ou pago vantagem indevida a fun-

cionário público. "Essa foi a intenção do legislador, mas entendemos indevida tal espécie de previsão", disse Medina Osório.

Para a apuração das irregularidades cometidas, a lei prevê a instauração e julgamento de processo administrativo pela autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo

e Judiciário, a qual pode agir de ofício ou mediante provocação. A ideia do legislador é que a empresa cuide não apenas de sua probidade, mas também se assegure do comportamento ético daqueles com os quais trabalha.

A lei prevê possibilidade de firmar acordo de leniência, que permite ao infrator denunciar a prática às

# AMMANN

**MAKANA**  
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES

**2**  
ANOS

# corromper o poder público

autoridades fiscalizadoras e cooperar com as investigações, recebendo, por isso, redução das penalidades aplicáveis. São requisitos para a efetivação do acordo: colaboração efetiva com a investigação; cessação do seu envolvimento na infração. Além disso, a pessoa jurídica deve ser a primeira a se manifestar sobre o seu interesse em colaborar e admitir a prática do ato ilícito.

São benefícios adquiridos pela efetivação do acordo a redução em até 2/3 da multa; a isenção da publicação obrigatória; o afastamento da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos; não aplicação da declaração de idoneidade.

A ideia do legislador, segundo Medina Osório, é incentivar a corporação a desenvolver sistemas de controle internos eficientes com mecanismos capazes de assegurar a integridade institucional. Nessa linha, a lei prevê a redução da sanção para a empresa que mantiver sistemas de

prevenção a atos ilícitos, códigos de ética, auditorias regulares e canais para denúncias. "Busca-se, com isso, estimular o compromisso empresarial com uma cultura ética", destacou o palestrante.

O advogado destacou que, pela nova lei, as companhias terão que se preocupar com a criação de um setor chamado pelo mercado de compliance (conformidade em inglês) que prevê mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, com o qual "será possível excluir a responsabilidade da empresa".

Apesar da necessidade de regulamentação de como precisa ser o programa de compliance, a lei já está valendo tanto no âmbito da CGU como no do Ministério Público, adverte Medina Osório, que é autor do livro Teoria da Improbidade Administrativa e ex-promotor de Justiça.

## LEI 12.846 – ACORDO DE LENIÊNCIA

A lei prevê possibilidade de firmar acordo de leniência, que permite ao infrator denunciar a prática às autoridades fiscalizadoras e cooperar com as investigações, recebendo, por isso, redução das penalidades aplicáveis.

### São requisitos para a efetivação do acordo:

- Colaboração efetiva com a investigação;
- Cessação do seu envolvimento na infração;
- A pessoa jurídica deve ser a primeira a se manifestar sobre o seu interesse em colaborar;
- Admissão da prática do ato ilícito.

### São benefícios adquiridos pela efetivação do acordo:

- Redução em até 2/3 da multa;
- Isenção da publicação obrigatória;
- Afastamento da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos;
- Não aplicação da declaração de idoneidade.

## PROGRAMA DE COMPLIANCE E DE GESTÃO DA INTEGRIDADE EMPRESARIAL A SER DESENVOLVIDO PELA EMPRESA

**Compliance:** mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e à aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

- Confecção de Códigos de Melhores Práticas Corporativas;
- Implementação de Controles Internos;
- Aprendizagem da Equipe sobre a Nova Lei e Internalização de seus Valores;
- Execução de Programa de Integridade centrado no Código de Conduta;
- Conhecimento da Legislação aplicada;
- Criação de Canal de Denúncias Interno Confiável;
- Prática do Compliance.

# John Deere Construção inaugura duas fábricas em Indaiatuba

Em 11 de fevereiro, a John Deere Construção e a Hitachi Construction Machinery inauguraram duas fábricas em Indaiatuba (SP). Cerca de 700 pessoas participaram do evento, que contou com a presença de funcionários da empresa, lideranças globais da John Deere e da Hitachi, clientes, autoridades e fornecedores.

“O Brasil é um mercado com grande potencial de crescimento e exige cada vez mais linhas de produtos de alta qualidade. Diante deste cenário, a John Deere dá mais um importante passo no setor de construção brasileiro. Além de ser um marco para nossa expansão no Brasil, a produção nacional vem para consolidar a marca John Deere no setor de construção e reafirmar o compromisso da empresa com o País”, afirmou Roberto Marques, gerente da divisão de Construção da John Deere Brasil.

O evento começou com uma coletiva de imprensa com a presença de Samuel Allen, Chairman e CEO da Deere & Company; Michael Mack, presidente mundial da Divisão de Construção e Florestal da John Deere; Paulo Herrmann, presidente da John Deere Brasil e vice-presidente de Marketing para a América Latina; Michijiro Kikawa, chairman da Hitachi Construction



Foto Divulgação

*A John Deere Construção e a Hitachi Construction Machinery inauguraram duas fábricas em Indaiatuba (SP)*

Machinery; e Yuichi Tsujimoto, CEO da Hitachi Construction Machinery.

Também estavam presentes Roberto Marques, gerente da Divisão de Construção da John Deere Brasil; Gladimir Ames, gerente da fábrica de Construção da John Deere; e Adilson Butzke, presidente da Deere-Hitachi Brasil.

Após a coletiva, as lideranças receberam o vice-Presidente da República, Michel Temer; o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin; e o prefeito

de Indaiatuba, Reinaldo Nogueira.

Juntas, as duas fábricas devem criar 600 empregos diretos e 1800 indiretos e vão impulsionar a transferência de tecnologia e a qualificação de mão de obra na região. O investimento total para a construção das duas fábricas foi de aproximadamente US\$ 180 milhões, dos quais US\$ 124 milhões foram investidos pela Deere e o restante pela Hitachi. Parceiras desde 1988, Deere e Hitachi têm a relação mais longa de empreendimento conjunto da indústria de equipamentos de construção. No Brasil, a joint-venture vai reforçar ainda mais a oferta de produtos ao mercado.

Segundo Jerusa Santos, Gerente Comercial da Tauron Equipamentos Rio Grande do Sul, “O investimento para construção de duas novas fábricas no Brasil, uma delas em parceria com a Hitachi Construction Machinery será de aproximadamente US\$ 180 milhões, isso mostra o comprometimento da John Deere com o mercado brasileiro, além de uma grande aposta no desenvolvimento do País. A qualidade, produtividade e eficiência dos equipamentos da John Deere aliado a rede de distribuição da Tauron, uma equipe altamente qualificada e um pós-vendas preparado com total dedicação aos clientes, tem sido um grande diferencial para complementar o crescimento de vendas de equipamentos para região sul Brasil.”



Tauron Equipamentos, distribuidor da linha de construção da John Deere na região Sul, entrega em 27/3/2014 a primeira Retroescavadeira emplacada produzida no Brasil ao cliente Maksim Faria da Silva, sócio proprietário da Transportes Ferret.